

Moralidades maternas em processos de restituição de identidade na Argentina pós ditadura: a gestação como gatilho da pergunta pela própria origem¹

Jimena María Massa - UNC, Argentina

Palavras-chave: parentesco; maternidade; substância

“Estoy pensando mucho en mi mamá... En mi primer embarazo yo era muy chica y estaba en otro momento de mi vida, pero ahora me intriga mucho saber cómo fue esta experiencia para ella y cuánto de eso estoy repitiendo yo”. Quem fala é Teresa, uma das “netas restituídas”² que, após ter sido vítima do “plano sistemático de apropriação de crianças”³ perpetrado pela última ditadura argentina (1976-1983), conheceu sua história de origem e conversou comigo no contexto de uma pesquisa⁴ cujo foco foi analisar as maneiras em que esses “netos/as” (re)constroem seus laços de parentesco uma vez *descobertas*⁵ suas respectivas histórias de origem. O objetivo é a descrição das diversas formas de “conectividade” (CARSTEN, 2000; 2004; 2007) e das variadas formas de reconfiguração familiar que eles/as desenvolvem depois de conhecida sua filiação biológica.

As aproximadamente 500 crianças vítimas do plano sistemático de roubo de bebês foram entregues a pessoas - a maioria militares, policiais ou pessoas próximas das forças repressivas - que as registraram como filhos/as próprios/as ou as adotaram “pseudolegalmente”⁶ (VILLALTA, 2009). Essas crianças, cujos pais biológicos foram

1 Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

2 “Neto/a restituído/a”, assim como “filho/a de desaparecidos/as”, é uma categoria nativa e também uma identidade política construída nas lutas por “*memoria, verdad y justicia*” impulsionadas pelas organizações de direitos humanos na Argentina. A denominação “netos/as” faz referência às crianças que foram sequestradas pelo governo militar (1976-1983) e logo procuradas por suas avós, distinguindo-as do conjunto de “filhos/as de desaparecidos/as”, muitos dos quais não foram alvo do “plano sistemático de roubo de bebês”. Tais termos salientam, ademais, laços de parentesco que resultam cruciais nos processos em foco.

3 Denominação inicialmente utilizada pelas organizações de direitos humanos e finalmente incorporada nos processos penais desenvolvidos no país contra os militares que comandaram a última ditadura.

4 Pesquisa desenvolvida para a elaboração da minha tese de doutorado, intitulada “Restituição de identidades e (re)construção de parentesco em casos de 'netos/as apropriados/as' pela ditadura militar argentina”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina e orientada pela professora Dra. Miriam Pillar Grossi.

5 Utilizo letras em itálica e entre aspas para depoimentos em espanhol; somente aspas para citações textuais (de autores e de categorias nativas); e itálicas sem aspas para alguns termos utilizados como metáforas ou em sentido lato.

6 A partir de uma detalhada pesquisa em torno do papel do Estado na “apropriação de crianças”, que mostra os dispositivos e saberes institucionais que permitiram tais crimes, Villalta (2009) descreve como o roubo de crianças durante a ditadura adquiriu em muitos casos aparência legal, mostrando que a “apropriação” não se desenvolveu apenas de forma clandestina, mas também por vias “pseudo-legais” que envolveram o Poder Judiciário.

“desaparecidos/as” pelos repressores da ditadura, cresceram com nomes diferentes dos escolhidos por seus genitores e a maioria delas nunca recebeu informação, por parte da família de criação, sobre sua origem. Depois de anos ou décadas de busca - na maioria dos casos, liderada por *Abuelas de Plaza de Mayo* - 140 pessoas foram localizadas e atualmente transitam o processo de “restituição de identidade”: um processo complexo, que abrange distintas etapas e implica a (re)construção de laços de parentesco. As particularidades dessa (re)construção mostram que a informação genética que confirma a filiação biológica dessas pessoas é apenas a mobilizadora de outras variadas formas de “conectividade”.

No momento da entrevista com Teresa, ela estava grávida do seu terceiro filho e falou detalhadamente da experiência da gestação: *“Ya hablaste de esto con otras nietas? Digo, esto del embarazo creo que es fuerte para nosotras”*. Embora no início da pesquisa eu não pretendia abordar especificamente o peso da gestação ou do parto nos procesos de restituição da identidade, com bastante frequência comecei a ler e ouvir depoimentos que indicavam a influência desses eventos na hora de aceitar fazer o teste genético para verificar uma ligação biológica ou, inclusive, na decisão de mudar de nome, trocando aquele dado pela família apropriadora por outro escolhido pela família consanguínea. Algumas “netas” falaram do desafio de imaginar possíveis pontos de contato entre a experiência de gravidez de suas respectivas mães e a delas próprias. E diante da impossibilidade de ter relatos daquelas vivências de primeira mão (as mães biológicas estão desaparecidas) surgia a pergunta sobre como as genitoras teriam experimentado a gestação, colocando, às vezes pela primeira vez, a necessidade de buscar informação sobre a história de origem.

Assim, neste trabalho recupero algumas dessas narrativas para refletir a respeito da influencia que o fato de *“tener hijos/as”* tem nos respectivos processos de restituição. A questão é abordar essa experiência como mais uma “substância” (CARSTEN, 2014) que contribui, facilita ou propicia (des)conexões e, ao mesmo tempo, revisitar as moralidades em jogo para analisar o papel da maternidade biológica. Entendendo o parentesco como “um processo inerentemente graduado” que “se acumula ou dissolve ao longo do tempo” e que envolve “substâncias mais ou menos corporais” (CARSTEN, 2014), a intenção é identificar quais outras “substâncias” participam deste processo, além do sangue e seu enorme poder simbólico (WESTON, 2013, p. 533), que em muitas

interpretações nativas aparece, pelo menos inicialmente, como fundamental. Seguindo a “definição inclusiva” de parentesco que oferece Carsten (2010, 2014) - focalizada em pensar o parentesco não em função do que é ou não é, mas em função do que ele faz - pretendo que a identificação dessas diferentes “substâncias” permita compreender como se produz o “espessamento” ou “diluição” dos laços e quais as maneiras em que “temporalidade” e “substância” são mutuamente entrelaçadas.

Três “netas” mães

Teresa, Ángela e Carolina compartilham a circunstância de ter sido testemunhas, quando crianças, do sequestro das respectivas mães e, no caso de Ángela, também do assassinato do pai. Passaram por instituições de abrigo - uma delas esteve sequestrada em um centro clandestino de detenção - e posteriormente foram “adotadas” em processos judiciais marcados por irregularidades. Vivenciaram processos de restituição de identidade muito diferentes entre si, mas têm em comum que, já adultas, as três se tornaram mães.

* **Teresa** tinha quatro anos quando um grupo de pessoas armadas sequestrou sua mãe, no meio da rua, e a levou sem deixar sinais. A pequena ficou sozinha em uma praça durante várias horas, com sua irmã de oito meses no colo. O périplo posterior das meninas incluiu várias delegacias, um juizado de menores e finalmente duas casas de abrigo, onde as irmãs permaneceram separadas durante seis meses até que foram adotadas pela mesma família. O pai de Teresa tinha sido sequestrado um ano antes e também permanece “desaparecido”. Quando as crianças foram localizadas pelas avós biológicas, os pais adotivos, que em princípio não sabiam que as meninas eram “filhas de desaparecidos”, contribuíram com a aproximação familiar.

Para Teresa, ter a certeza de ter compartilhado um período de tempo com a mãe biológica e, sobretudo, o fato de ter lembranças desses primeiros anos de vida é um capital de enorme valor. Possuir essa memória de infância gerou uma diferença substantiva em relação à sua irmã mais nova, com a qual hoje não tem relação. Além das diferenças ideológicas entre ambas em relação ao processo de restituição de suas respectivas identidades, a irmã mais nova não tem - por causa da curta idade no momento do sequestro - lembranças da mãe biológica. Teresa não quis revelar detalhes sobre os motivos do distanciamento de sua irmã, mas aportou um dado-chave: *“En una discusión que tuvimos (Teresa e sua irmã), ella me dijo 'vos tenes recuerdos y yo no'.*

Ella suponía que mis recuerdos eran maravillosos. Los recuerdos son valiosos, pero tengo recuerdos que son lindos y otros que no son tan lindos. Hay hijos que se acuerdan de cosas negativas; yo misma recuerdo el secuestro de mi madre”.

Teresa engravidou do terceiro filho durante meu período da pesquisa de campo em Buenos Aires, o que me permitiu acompanhar de perto a gestação e conhecer algumas associações que ela fez com relação à gravidez da própria mãe. Ela não nasceu durante o cativeiro da sua mãe - como outros/as “netos/as” apropriados/as - então não lida com as hipóteses de um parto desamparado, mas com o desafio de imaginar possíveis pontos de contato entre as experiências da gestação: *“Me encantaría saber cómo fue para ella; necesitaría conversar sobre este proceso, me hubiera gustado mucho tener esa oportunidad”.*

* **Ángela** soube, aos 18 anos de idade, que seu pai tinha sido assassinado por um comando militar, durante uma operação em que ela, com apenas onze meses, foi sequestrada junto com sua mãe, que permanece “desaparecida”. Estando numa casa de abrigo como NN, foi recuperada por sua avó materna, mas a mulher acabou dando-a em adoção a alguém da própria família que, no entanto, lhe ocultou sua história de origem. Os parentes paternos, por sua vez, ficaram excluídos de qualquer decisão. Ángela questiona o “discurso hermético” da família adotiva, que implicou muitos anos de *não saber* sobre sua origem.

Quando engravidou de seu primeiro filho, iniciou um processo de “des-adoção”, que implicou desfazer a adoção plena que a inscreveu como filha daquela família de criação e recuperar seu “verdadero” nome. Como em outros casos, a experiência da maternidade provocou a tomada de decisões. *“Ellos (seus filhos) tenían que estar concatenados a su pasado y no al error. No podían estar ligados a una historia que les era impropia”*, afirma hoje, explicando o sentido daquela decisão. *“Hacia mas de diez años que sabía la verdad y no lo había hecho. Pero cuando supe que estaba embarazada, inicié mi desadopción legal. Su identidad (a dos filhos) tenía que estar bien; el conflicto no podía traspasar a la siguiente generación”.*

Ángela escreveu um livro⁷ e também criou um blog intitulado *“Colección de sueños recurrentes, relatos simbólicos y visiones infantiles sobre la dictadura”*, que condensa fragmentos de histórias de infância de muitos filhos e filhas de “desaparecidos”.

7 Urondo Raboy, Angela (2012). *“Quién te creés que sos?”*, Buenos Aires: Capital Intelectual.

Também aparecem depoimentos da própria Ángela: *“Todavía soy esa misma nena, sintiendo el calor de mi madre que me abraza. Amándome del modo que solamente ama la madre. Plantándome con su amor en el mundo. Dejando en mí su huella, su semilla, para cuando ella ya no esté. Soy mi madre que aún me abraza. Conservo su calor para siempre conmigo, haciéndome menos huérfana”*.

* **Carolina** foi separada de seus pais biológicos quando uma operação militar invadiu a casa onde a família morava em Santa Fe. Depois de passar por um centro clandestino de detenção e por uma casa de abrigo, foi adotada de “boa fé” por um casal que, mais tarde, a ajudaria a encontrar sua história de origem. Apesar de ter buscado intensamente conhecer sua família consanguínea, sempre teve uma relação “excelente” com seus “pais” (ela não usa o termo “adotivos”) e, inclusive, conserva o nome que eles lhe deram. No entanto, conta que passou muitos anos sentindo falta de Blanca, sua mãe biológica. Enrique, seu pai biológico, era *“como un pariente distante”*. Mas com Blanca era diferente: nos piores momentos de sua vida, só queria pegar sua caixinha de lembranças em busca das fotos dela e chorar em silêncio. Esse sentimento de nostalgia se tornou muito intenso depois do nascimento do seu filho. *“Recién hace dos años, cuando murió Maria (mãe de criação) dejé de sentir ese tremendo vacío por Blanca... Porque ahora extraño horrores a mis viejos (pais de criação). Es como que cada cosa va ocupando su espacio y ahora estoy transitando otro proceso de duelo, pero siempre tuve debilidad por hablar de Blanca”*.

O dia em que fez 26 anos, Carolina foi ao cemitério para levar-lhe flores à sua mãe biológica - os restos de Blanca foram identificados em 2000 - e lhe disse: *“Hoy tenemos la misma edad”*. A mulher morreu, precisamente, aos 26 anos. *“Y cuando cumplí 27 fue muy loco porque yo ya era más grande que ella”*, descreve.

Situándome en lo que fue mi historia, siempre fue Blanca, siempre; la que ocupó mi interés, mi llanto, mis ganas de mirar fotos, siempre fue ella... Sobre todo, desde que yo fui mamá. Incluso me he querido imaginar tomando la teta... Llegué a preguntarle a mi terapeuta si era posible hacerme algún tipo de hipnosis porque yo quisiera acordarme de algún momento con Blanca, algún momento en sus brazos, algún momento con ella (...) Ver a Nico (seu filho) chiquito, me daba como una imagen de lo que pude haber sido yo... Pensar que

esta criatura lloraba a gritos cuando me entraba a bañar. Imaginate que te separen para siempre. Me afectó muchísimo, muchísimo (...) La maternidad me aflojó todo.

Memórias no corpo

Para as interlocutoras, essa primeira infância pode guardar as lembranças mais queridas e também as mais terríveis: uma curtíssima vida junto com os pais e a tragédia da separação forçada. Foi um tempo marcado pela política e pela ausência repentina. E nesse território permanecem alguns dos elementos - fatos misturados com devaneios e imaginações - que constituem suas subjetividades. As memórias e esquecimentos, configurados desde este presente, permitem entender as experiências atuais de parentesco e, de maneira mais ampla, as ideias de família, filiação e maternidade que delimitam o campo.

“Soy mi madre que aún me abraza. Conservo su calor para siempre conmigo, haciéndome menos huérfana”. Angela fala de memórias indelévels que regressam, de lembranças que se embaralham. Aquelas que parecem gravadas no corpo, dos momentos compartilhados junto aos pais biológicos - memórias que quase sempre se adivinham felizes - se misturam com as lembranças traumáticas dos assassinatos ou dos sequestros, obrigando às protagonistas a se situarem em uma situação sórdida, e produzindo uma quebra radical com o imaginário de infância feliz e segura.

As memórias das interlocutoras permitem identificar as moralidades vigentes, entendidas como campos dinâmicos de construção e veiculação de representações morais (VIANNA, 2005). Um exemplo dessas dinâmicas é a ressignificação da militância das mulheres mães, que 40 anos atrás era criminalizada e hoje aparece muitas vezes reivindicada. A análise das memórias de infância permite conhecer algumas características dos valores que permearam as “apropriações” - e que possibilitaram a existência de tais crimes - mas, sobretudo, oferece pistas para entender as maneiras como são pensadas hoje as relações familiares. Porque as memórias reconstruídas, em verdade, informam mais sobre o presente das interlocutoras que sobre o passado.

Os destinos gestados no âmbito judicial se basearam em moralidades já analisadas em outros trabalhos que tratam dos dispositivos que têm por objeto a gestão da infância (VILLALTA, 2009; REGUEIRO, 2009). Segundo mostram essas pesquisas, muitas das

crianças “apropriadas” que passaram por processos de guarda e/ou adoções “pseudo-legais” foram convertidas, previamente, em “sujeitos em situação de menoridade”; ou seja, declaradas “menores/ “em situação de risco”, necessitadas da proteção do Estado - e portanto, adotáveis - como se não existissem as respectivas famílias procurando-as. Isso foi possível não apenas pela idade dos/as envolvidos/as, mas também pela noção bastante estendida entre os agentes da Justiça de Menores de que essas crianças tinham sido “abandonadas” por seus pais, que tinham privilegiado a militância política. Foi nessas complexas redes de autoridade e moralidade (VIANNA, 2005) que os destinos dessas crianças foram produzidos, incluindo processos de institucionalização, a anulação da filiação, a negação da identidade de origem e a ruptura total do laço familiar.

O desejo materno como certeza

Tanto as memórias quanto as experiências narradas permitem pensar em que medida os sentidos dados ao parentesco dependem dos condicionantes de gênero (FONSECA, 2003; STOLCKE, 2010), o que implica considerar o peso simbólico da gestação e toda sua carga essencializadora para a construção de vínculos e colocar em tensão as noções de mulher e maternidade.

Junto com a ideia do “amor materno” (BADINTER, 1985), nos depoimentos aparece a necessidade de confirmar para si mesma que o cuidado familiar existiu e que as penúrias vividas não foram consequência do “abandono” parental. Igual que acontece com outros/as interlocutores/as, a certeza de ter sido desejada/o - e, portanto, querida/o - surge com frequência como um dado que marca o processo de (re)vinculação com a família biológica. Talvez imaginar a gravidez das respectivas mães permita conectar também com esse desejo, mostrando como as perguntas pela origem estão permeadas pelas características que as diferenças de gênero, constitutivas das noções de família, imprimem às histórias.

O peso da maternidade, com toda sua carga afetiva e sua dimensão biológico corporal, gravita no centro das narrativas sobre apropriações, buscas e reencontros. Noções sobre maternidade aparecem nas memórias das interlocutoras e tornam-se significativas para compreender o desenvolvimento dos atuais processos de restituição, pois em torno delas se constroem determinadas ideias de família e se (re)instauram relações. A produção social da maternidade põe em circulação uma profusão de ideias sobre abdicação,

amorosidade e incondicionalidade que alimentam o imaginário do que seja uma “boa mãe”.

Considerações finais

Considerando que as “restituições de identidade” são processos que transitam diferentes temporalidades - que não necessariamente respondem a uma sequência preestabelecida - e que aqui se trata de histórias dramaticamente marcadas por fatos do passado, este trabalho busca descrever algumas aproximações e afastamentos que se produzem conforme o passar do tempo, adensando ou enfraquecendo os sentimentos de identificação e pertencimento. “Analiticamente, significa adotar seriamente o lugar da experiência, intuição, emoção e memória no parentesco, na maneira em como eles são investidos com qualidades e ressonâncias particulares” (CARSTEN, 2014, p. 115). Desde esse lugar, então, é possível fazer emergir as ideias de família, parentalidade e filiação que permeiam os processos de restituição. A maternidade biológica aparece como uma experiência importante para a constituição subjetiva das “netas”. Trata-se de uma experiência que mobiliza ou inspira novos modos de situar-se e, portanto, novas conexões. Embora neste trabalho a maternidade é considerada como uma “prática social” vivenciada de maneiras muito diferentes - segundo condicionantes de raça, classe social, gênero, etc. - e valorizada de distintas formas (SCAVONE, 2001), considero que ela ocupa um lugar igualmente relevante nos diversos processos de restituição. Nesse sentido, e em função das consequências concretas dessa experiência na configuração das relações familiares das interlocutoras, ela pode ser pensada como mais uma “substância” produtora de parentesco.

Devir mãe implica, para algumas “netas”, pôr em evidência o que elas têm ou tiveram em comum com suas respectivas genitoras e com sua própria origem. Os sentidos atribuídos à gestação, por sua vez, provocaram a tomada de decisões fundamentais. Isso não implicou, necessariamente, uma aproximação amorosa às memórias dos pais consanguíneos nem uma aceitação plena da história de origem. Implicou, pelo menos em alguns casos, que as experiências de gravidez, parto e aleitamento mobilizassem sentidos e valores que, íntima ou ostensivamente, repercutiram na percepção que elas tinham sobre sua própria condição de filhas. Muitas das dúvidas e reflexões em torno das histórias de origem são ressignificadas por suas próprias experiências de maternidade. Elas se pensam como filhas, também, a partir de sua condição de mães.

Devir mãe, nos casos aqui analisados, trouxe novas perguntas, promoveu decisões, “adensou” relações e permitiu repensar as ideias de origem e pertencimento, tornando-se uma experiência construtora de parentesco.

Bibliografia

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. Revista de Antropologia da Ufscar. R@U, 6 (2), jul./dez. 2014: 103-118.

CARSTEN, Janet. Substance and relationality: blood in contexts. Annual Review of Anthropology, 40:19-35. 2011

CARSTEN, Janet. Introduction: ghosts of memory. In: Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness. Oxford: Blackwell. pp. 1-35. 2007

CARSTEN, Janet. After kinship. Cambridge University Press, 2004.

CARSTEN, Janet. Cultures of relatedness: New approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FONSECA, Claudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. In: Revista Ilha. Florianópolis: Ilha Revista de Antropologia, v. 5, n. 2, p. 005-031, jan. 2003.

REGUEIRO, Sabina Amantze. Restitución de niños desaparecidos: usos políticos del parentesco en la justicia. In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia. Niterói: UFF, Vol. 26, p. 37-62, 2009.

SCAVONE, Lucila. Maternidad: transformaciones en la familia y en las relaciones de género. In: Interface _ Comunic, Saúde, Educ, v.5, n.8, p.47-60, 2001.

STOLCKE, Verena. ¿Qué tiene que ver el género con el parentesco? In: FONS, Virginia; PIELLA, Anna; VALDÉS, María (orgs.). Procreación, crianza y género: Aproximaciones antropológicas a la parentalidad. Barcelona: PPU, 2010.

VIANNA, Adriana. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, Roberto Kant (org.). Antropologia e direitos humanos: Prêmio ABA Ford Direitos Humanos. Niterói: EdUFF, 2005, v. , pp. 13-68.

VILLALTA, Carla. De secuestros y adopciones: el circuito institucional de la apropiación criminal de niños en Argentina (1976-1983”. Historia Crítica [en línea]. 2009.

WESTON, Kath. Lifeblood, liquidity, and cash transfusions: beyond metaphor in the cultural study of finance”. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.), 19(S1):S24-S41, 2013.